

Respeito pelo outro pode propiciar uma sociedade mais harmónica e saudável

- Presidente da Comissão dos Assuntos Sociais, do Género, Tecnologias e Comunicação Social, Lúcia Pedro Mafuiane, defendeu, esta terça-feira, em Murrupula, Província de Nampula, que o respeito pelo outro é o caminho mais acertado para a construção de uma sociedade que se queira mais harmónica, solidaria e, sobretudo, saudável e que envereda pela salvaguarda dos direitos humanos das mulheres e das crianças.

NAMPULA - Falando durante a acção de fiscalização e monitoria da implementação das leis sociais naquele distrito, Mafuiane disse que como moçambicanos devemos ver como seres que têm os mesmos direitos e, sobretudo, perceber que a dor de um pode, em algum momento, afectar directa ou indirectamente as nossas vidas, “por isso somos do entendimento que o conhecimento das leis se torne fundamental para melhor conhecimento das regras sociais e criação do Moçambique que queremos”.

“Quando um pai entrega a sua filha menor de idade a um casamento entendo, por exemplo, que assim poderá erradicar a sua pobreza, mostra que desconhece as normas saudáveis de convivência social, se mostra egoísta porque não pensa na vontade da sua filha, não quer saber sobre o que a sua filha imagina ser no futuro além de ser esposa de alguém”, disse Mafuiane para quem é, igualmente, triste ver um homem a espancar a sua parceira e/ou esposa, por qualquer motivo que seja, ou uma mulher violentar seu homem física ou psicologicamente, isso mostra que a nossa sociedade está doente. No entender da Presidente da 3ª Comissão não basta que se aprove leis, mas é preciso que estas sejam divulgadas pelas entidades competentes para que sejam do conhecimento do cidadão, a todos os níveis, e, a partir daí, ajustar o seu comportamento aos diplomas emanados pela Assembleia da República. Mafuiane reagiu a informações segundo as quais Moçambique tem leis boas, contudo são de pouco conhecimento a nível das comunidades, sobretudo nas zonas mais recônditas do país, o que de certa forma pode contribuir para que práticas nocivas contra os direitos humanos da criança e das mulheres se perpetuem. Com efeito, dados apresentados pelos Serviços Distritais de Saúde, Mulher e Acção Social, no Distrito de Murrupula, indicam que de Janeiro a Junho findos foram registados 44 vítimas de violência baseada no género, dos quais 32 mulheres, 12 homens. “Do total, 28 foram referidos da política, 16 referimos a polícia em que seis foram de violência sexual, 34 violência física, dois casos violência psicológica e dois de outras causas”, disse na ocasião Azevedo João, director distrital de Saúde, Mulher e Acção Social sublinhando que para sensibilizar mais as comunidades sobre os efeitos nefastos destas práticas foram 150 palestras sobre os direitos humanos, direitos sexuais com o envolvimento dos homens para que sejam os pioneiros na observância das leis. No encontro ficou, igualmente, assente o défice existente na divulgação das leis que se acredita que a serem do conhecimento e apropriação pública, sobretudo nas comunidades, e divulgadas as sanções, será possível se erradicar estas prática sobretudo das uniões forçadas e prematuras, da violência baseada no género, bem como actos de desapropriação dos bens das viúvas em casos de perca dos seus cônjuges. “Percebemos que a questão da língua portuguesa pode estar a contribuir para a não percepção na integra das leis, mas temos que aproveitar os poucos que a percebem para que expliquem com detalhes sobre o conteúdo das leis”, disse a Presidente da 3ª Comissão juntando que para isso é premente a formação ou capacitação dos líderes comunitários, médicos tradicionais, directores dos serviços distritais, as ligas femininas dos partidos políticos para serem os disseminadores destas leis. Neste sentido, a Comissão dos Assuntos Sociais, Género Tecnologia e Comunicação Social exortou a necessidade e se intensificar as acções de sensibilização das comunidades e divulgação das leis sociais para que se reverta este cenário considerado sombrio na defesa dos direitos humanos da mulher e sobretudo da rapariga. Refira-se que a acção da 3ª Comissão enquadra-se no âmbito da fiscalização da acção do Executivo na implementação das leis aprovadas pelo Parlamento e na monitoria do seu cumprimento pelos organismos da sociedade civil que lidam com matérias sociais, visando avaliar a sua eficácia e prováveis lacunas a serem corrigidas e conta com o apoio do Projecto de Consolidação da Governação Económica e Sistema de Gestão de Finanças Públicas nos Países de Língua Oficial Portuguesa e Timor Leste. Esta mesma acção está sendo desenvolvida, com os mesmos objectivos, por outros grupos desta 3ª Comissão nas Províncias de Tete e Gaza. O grupo de Nampula, chefiado pela respectiva presidente escalou ontem, quarta-feira, o Distrito de Meconta.